

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

da Silva Roiz, Diogo

A RECONSTITUIÇÃO DO PASSADO E O TEXTO LITERÁRIO: A RESPOSTA DOS
HISTORIADORES À 'VIRADA LINGUÍSTICA'

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
13, núm. 3, 2009, pp. 587-624
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526879007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A RECONSTITUIÇÃO DO PASSADO E O TEXTO LITERÁRIO: A RESPOSTA DOS HISTORIADORES À 'VIRADA LINGÜÍSTICA' *

*Diogo da Silva Roiz***

Resumo. O objetivo deste artigo é apresentar como os historiadores Carlo Ginzburg, Jörn Rüsen e Josep Fontana responderam às teses “céticas” (ditas também “pós-modernas”) sobre a elaboração do texto histórico que foram produzidas desde, pelo menos, o século XIX, mas ganharam novos contornos a partir da década de 1960, com a “virada linguística”, em especial, na obra de Hayden White.

Palavras-chave: virada linguística; discurso histórico; discurso literário.

RECONSTITUTING THE PAST AND THE LITERARY TEXT: THE RESPONSE OF HISTORIOGRAPHERS TO THE 'LINGUISTIC TURN'

Abstract. The objective of this article is to present the manner in which historians Carlo Ginzburg, Jörn Rüsen and Josep Fontana responded to 'skeptical', 'post-modern' theories on working up historical texts, which have been produced since at least the 19th century, but which gained new contours starting in the 1960s with the 'linguistic turn', particularly in the works of Hayden White.

Keywords: linguistic turn; historical discourse; literary discourse.

LA RECONSTITUCIÓN DEL PASADO Y EL TEXTO LITERARIO: LA RESPUESTA DE LOS HISTORIADORES AL 'CAMBIO LINGÜÍSTICO'

Resumen. El objetivo de este artículo es presentar las respuestas de los historiadores Carlo Guinzburg, Jörn Rüsen y Joseph Fontana a las tesis

* Artigo recebido em 08 de dezembro de 2008 e aprovado em 23 de janeiro de 2009.

** Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, bolsista do CNPq. Mestre em História pela UNESP, Campus de Franca. Professor do Departamento de História nos cursos de História e de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), *Campus* de Amambai.

'escépticas', (también) dichas 'postmodernas', sobre la elaboración del texto histórico, producidas desde el siglo XIX, pero que ganaron nuevos contornos a partir de la década de 1960, con el 'Cambio Lingüístico', especialmente, en la obra de Hayden White.

Palabras Clave: cambio lingüístico; discurso histórico; discurso literario.

INTRODUÇÃO

Valeria a pena fazê-lo, mostrando como resumos de fatos de crônica mais ou menos extraordinários e livros de viagens a países distantes contribuíram para o nascimento do romance e – por esse intermediário decisivo – da historiografia moderna. [...] a mistura de realidade e ficção, de verdade e possibilidade está no cerne das elaborações artísticas deste século [XX] (GINZBURG, 2007, p. 319 e 334).

Com essas palavras, que foram escritas em meados da década de 1980, Carlo Ginzburg dava os primeiros contornos de um projeto intelectual que iria ganhar corpo nos anos de 1990. De certo modo, elas resumem uma discórdia entre historiadores profissionais e teóricos (e críticos) literários que também ganhou envergadura nestas últimas décadas. Seu recomeço (seu verdadeiro início não se deu no século XX), provavelmente, foi arrefecido pelas cismas deixadas pela “virada linguística”, que nos anos de 1960 deixaria raízes profundas, na medida em que tornou a linguagem e a cultura os aspectos centrais para o entendimento dos homens e das sociedades do passado e do presente. Tal assertiva, no entanto, também continha uma crítica contundente ao ofício dos historiadores, uma vez que colocava em dúvida a sua função na sociedade, por presumir que esse ofício não teria formas adequadas de expressar suas indagações e pesquisas em moldes especificamente “científicos”, por meio de uma narrativa, mesmo que peculiar. Não foi por acaso, portanto, que vários historiadores de ofício não apenas aceitaram o desafio “cético”, dito “pós-moderno” (EAGLETON, 2005) de demonstrar suas fissuras metodológicas e fragilidades teóricas, e de destacar a importância do conhecimento histórico sobre o passado, para a compreensão das sociedades. Neste sentido, o objetivo do presente artigo é apresentar como os historiadores Carlo Ginzburg, Jörn Rüsen e Josep Fontana responderam às teses céticas ou “pós-modernas” sobre a elaboração do texto histórico, as quais foram produzidas desde, pelo

menos, o século XIX¹, mas ganharam novos contornos a partir da década de 1960, com a “virada linguística”, especialmente na obra de Hayden White (que, aliás, é tratado mais como teórico literário, do que como historiador, no interior dos debates).

A TESE “CÉTICA”: O OFÍCIO DOS HISTORIADORES EM QUESTÃO

No século XX houve uma verdadeira revolução sobre o que se entende por documento, permitindo ampliar e a diversificar a definição de *fonte* na pesquisa histórica e na historiografia, o que contribuiu para o estudo de temas até então pouco ou nada estudados. Peter Burke (1992) já havia constatado isso na apresentação da obra “A escrita da história: novas perspectivas”, em que ressaltava que a historiografia no século XX (a começar pela francesa, ligada ao movimento dos *Annales*, que, segundo ele, causou uma verdadeira revolução na historiografia) questionou o caráter e a limitação das fontes “oficiais”, a imputação de uma objetividade que lhes era creditada pelo simples fato de se constatar a sua autenticidade, a ideia de “grandes homens” na História, uma história “vista de cima”, o conceito de acontecimento e a ideia de narrativa, características típicas da historiografia “metódica” do século XIX. Para ele, o resultado desses questionamentos acarretou um significativo aumento no número de possíveis fontes e temas a serem investigados pelo historiador. A partir daí se passou a observar a diversidade de fontes possíveis de serem inquiridas pelo historiador, houve o reconhecimento da “subjetividade” inerente à “escrita da história” e se notou que existe também a história das “massas”, a história “vista de baixo”, e se constatou a importância da “longa duração” e da ideia de “estrutura” para se “pensar e escrever a história”².

Diante dessa constatação, a passagem do existencialismo de Jean-Paul Sartre (1905-1980) para o estruturalismo preconizado por Louis Althusser (1918-1990) na França nos anos de 1960, representou mais do que uma alteração de preferências por estilos e teorias no campo da Filosofia e das Ciências Sociais. Essa mudança indicava uma crítica muito sutil e intensa ao marxismo e à possibilidade de constituição de uma

¹ Para uma discussão sistemática do tema, ver: (EAGLETON, 1997; DOSSE, 2007; MALERBA, 2006b).

² Para um maior detalhamento desta questão, ver: (PINSKY, 2005; GUIMARÃES, 2006; HARTOG, 2003a).

revolução socialista no mundo, pondo verdadeiramente em xeque a possibilidade de transformação na História, uma vez que o indivíduo estaria “preso” às amarras de “estruturas” que congelariam a sua capacidade de ação (COSTA, 1994). Revelava ainda certo avanço do que depois ficou conhecido como a ‘virada linguística’, avanço que nos anos de 1970 tornou a linguagem e a cultura objetos de destaque em vários campos de pesquisa, como verdadeiros marcos na interpretação dos homens e das sociedades do passado e do presente (EAGLETON, 1997). Como sempre que ocorrem mudanças drásticas na sociedade se desencadeiam significativas alterações na forma de se conceber e de se escrever a História – de Friedrich Nietzsche (1844-1900) a Ferdinand de Saussure (1857-1913), Martin Heidegger (1889-1976), Roland Barthes (1915-1980), Gilles Deleuze (1925-1995), Jacques Derrida (1930-2004), Jacques-Marie Émile Lacan (1901-1981) e Michel Foucault (1926-1984) –, também a História e a sua escrita foram repensadas e revistas, mas, neste caso específico, de modo a destacar, de um lado, suas aproximações com a Literatura (e o romance), e de outro, sua incapacidade de se constituir plenamente em ‘moldes científicos’ (DOSSE, 2007; EAGLETON, 2005; MALERBA, 2006b).

Já não é recente a ambiguidade do termo *História*, que ao mesmo tempo define um processo em constante movimento, comumente chamado de “a história vivida”, e a sua interpretação, ou seja, “a história conhecimento”, conforme a definiria a historiografia francesa no século passado. Também não é inócua a questão indicada por Nietzsche (2005), no século XIX, de que a *história* não passaria de um jogo de interpretações no qual a *História* jamais seria “realmente” alcançada, ou a de que, como diria em outras palavras Paul Veyne (1998) no início da década de 1970, em seu livro “Como se escreve a história”, de que sempre se fazem “histórias de...” alguma coisa, quer dizer, de determinados processos e assuntos, mas nunca a *História*.

Não obstante, talvez o maior impacto da “virada linguística” para o ofício de historiador e para a sua escrita tenha sido proporcionado pela obra de Hayden White, que aos poucos desencadeou uma verdadeira revisão das teorias e das metodologias da História quanto à possibilidade de ela se efetivar enquanto uma ciência (ROIZ, 2010). Isso se deve, em parte, ao fato de que os comentários e as críticas de autores como Frank Ankersmit (2001), Dominick La Capra (1992) e Keith Jenkins (2004, 1995) à obra de Hayden White acabaram complementando sua análise sobre a “teoria literária” e a “escrita da história”. De acordo com Josep Fontana:

[...] a reviravolta culturalista expressou-se principalmente [...] nos Estados Unidos [...] [e] na Grã-Bretanha, através do abandono da velha história social em favor da cultura e da reviravolta linguística. Um dos principais protagonistas da reviravolta cultural nos Estados Unidos foi Hayden White [...] que elaboraria uma combinação entre teoria da história e teoria literária para chegar a uma “teoria tropológica” do discurso que levava a considerar a obra histórica como ‘uma estrutura verbal em forma de discurso em prosa narrativa’ que, para além dos dados que possa conter, tem um componente estrutural profundo, de natureza poética e linguística, que serve como paradigma pré-criticamente aceito da interpretação. [...] Na mesma linha, F. R. Ankersmith fez um ataque sistemático à história, acusando os historiadores de não fazerem caso de ‘teóricos’, como White ou ele... (FONTANA, 2004, p. 400-401).

Quanto a esse ponto, acrescentaria Lloyd S. Kramer que:

A dimensão fictícia e imaginária de todos os relatos de acontecimentos não significa que eles não tenham realmente acontecido, mas, sim, que qualquer tentativa de *descrever* os acontecimentos (mesmo enquanto estão acontecendo) deve levar em conta diferentes formas de imaginação. Além do mais, todos os relatos de realidades históricas devem, inevitavelmente, levar em conta uma filosofia da história. Em outras palavras, ao se escrever história é impossível prescindir de uma narrativa ficcional e filosófica, e não se pode simplesmente sancionar a distinção disciplinar que os historiadores usam para se distinguir dos filósofos e dos autores de obras literárias. [...] White sugere que o reconhecimento do componente filosófico na ‘história propriamente dita’ e do elemento fictício nas narrativas históricas só se constituíram em ameaça aos historiadores se eles insistirem numa definição rígida da história segundo a teoria científica do século XIX, que estabelece uma distinção radical entre fato e filosofia, ou entre fato e ficção. Ao contestarem essa distinção, porém, os historiadores podem ampliar a definição daquilo que fazem e, desse modo, ajudar a transformar a disciplina numa iniciativa mais criativa, autoconsciente e crítica (KRAMER, 1992, p. 136-137).

Quando Hayden White (1994) publicou, em 1966, o ensaio *O fardo da história* (depois incorporado em seu livro de ensaios *Trópicos do discurso*, de 1978), o questionamento sobre um nível médio e

epistemologicamente neutro de os historiadores estarem entre a arte e a ciência, no plano de sua prática e de sua escrita, ainda não era tão contundente como viria a se tornar depois de “Maio de 1968” (FERRY; RENAUT, 1988) e das críticas de Michel Foucault (1997) em seu livro *“Arqueologia do saber”*, e mais ainda após a queda do “Muro de Berlim” em 1989 e o fim da URSS no início da década de 1990, fatos que vieram a estilhaçar os “projetos políticos” marxistas, embora sua herança teórica ainda hoje seja bastante profícua (EAGLETON, 2005).

Não obstante, já naquela época e nos anos de 1970, quando publicaria o livro *Meta-história*, Hayden White (1995) indicava que a História era um tipo específico de discurso, um “artefato verbal em prosa” sobre o passado, em que não haveria nenhum controle experimental por parte dos historiadores (e dos filósofos da história). A História seria uma representação do passado, assim como já o seriam as fontes utilizadas pelo historiador, por isso ela não seria uma “ciência”, mas estaria mais próxima da “arte”, uma vez que seu discurso não era “realista” e o que os historiadores faziam era uma “construção de versões”, que se diversificavam de acordo com as “circunstâncias da época” e de suas respectivas “urdiduras de enredo” (MEDEIROS, 2006), ou ainda, de acordo com os “lugares sociais” de onde estivessem falando e com os problemas que levantavam e os instigavam em suas pesquisas. Para ele, a “história vivida” não traria um “sentido”, uma lógica interna no seu desenrolar, nem mesmo uma racionalidade, questões que seriam elaboradas e reconstruídas (somente) pelo historiador. Os historiadores, ao escreverem sobre as sociedades do passado, é que produziriam um “efeito explicativo”, e os acontecimentos seriam convertidos dentro de um “sentido apenas retrospectivamente elaborado”, de acordo com as “urdiduras de enredo” que eles montavam e nas quais se baseavam para imprimir em seus relatos um efeito teleológico, no qual acreditavam circunstanciar “realisticamente” o que foi o passado. Para Hayden White (1995), a “realidade concreta” não estaria nos eventos agrupados e inquiridos pelo historiador, mas seria uma “construção da linguagem”. Assim, a narrativa histórica não seria simplesmente uma apreensão de “dados exteriores”, mas sim, a construção de “visões de mundo” do historiador. A historiografia, neste sentido, não passaria de uma reconstrução de “enredos” já conhecidos, por meio de uma “linguagem figurativa”, e não meramente “técnica”, ou mesmo “racional” e “científica” (MEDEIROS, 2006; LIMA, 2006). Desse modo, os questionamentos de Hayden White ao ofício dos historiadores, entre as décadas de 1960 e 1970, impunham uma reelaboração, ou pelo menos um

questionamento e uma revisão das “teorias sobre a história”, fato que se tornaria ainda mais patente nas últimas décadas.

A causa dessa realidade é que, de acordo com a interpretação cética, dita “pós-moderna”, os historiadores sempre teriam se utilizado de metáforas para dar sentido a seus discursos sobre as sociedades do passado. Esse argumento, várias vezes reiterado por Hayden White a partir dos anos de 1960, foi também a base de severas críticas a respeito da possibilidade de constituição do conhecimento histórico em moldes “científicos” (JENKINS, 2004; 1995). Mesmo se utilizando de um denso “artefato verbal em prosa”, como diz White, os historiadores não reconstituíam a História na sua totalidade; como argumenta Paul Veyne (1998), eles apenas atingiriam fragmentos, pequenas frações de um passado remoto, com os quais procuram dar um “sentido” para escreverem “histórias de” um ou outro ponto do passado. White (1994) completaria essa argumentação dizendo: “[...] de um passado apenas retrospectivamente elaborado de acordo com certas ‘urdiduras de enredo’ com as quais os historiadores lhe dariam um ‘sentido prévio’”. Antes deles, Roland Barthes (1991) já havia dado ênfase à forma como os historiadores empregavam certas metáforas na construção de suas narrativas, principalmente com o célebre exemplo de Jules Michelet. Neste sentido, os historiadores estariam elaborando o seu espaço com base em “práticas discursivas” que almejavam o “poder”, de modo a restringir críticas que viessem a demonstrar as fissuras de sua narrativa histórica, de um lado por esta não ser “científica” e de outro por não ser (também) “poética”, características que autores como Friedrich Nietzsche (2005), Roland Barthes (2004), Hayden White (1994; 1995), Michel Foucault (1997; 2002), Paul Veyne (1998) e outros vieram gentilmente atribuir-lhe. Nesse caso, de acordo com esses autores, todas as escolas historiográficas “pecaram” ao imporem alternativas aos problemas de sua época com o inadequado argumento de que iriam lhe definir um passado e relações de proximidade e distanciamento, quando na verdade os historiadores não têm como atingir nem as sutilezas nem o “realismo” do que passou! White diz ainda, sobre isso, que não haveria diferença entre as “narrativas históricas” e as “narrativas literárias” a não ser pequenos desvios estilísticos! Desse modo, perguntas como o que fazem os historiadores, para que serve a história que escrevem e que função ela tem na sociedade são talvez mais cruciais nesses últimos decênios do que o foram no século XIX – quando a “historiografia oitocentista” procurou tornar a História também uma “ciência”.

AS TENSÕES DE UM OFÍCIO: A RESPOSTA DOS HISTORIADORES

Durante esse período os historiadores não ficaram em silêncio e muitos deles deram respostas aos argumentos acima rapidamente resumidos, como o fizeram Arnaldo Momigliano (2004), na Itália, e Moses Finley (1989), Edward Palmer Thompson (1990) e Eric Hobsbawm (1998), na Inglaterra, nos anos de 1960 e 1970, e mais recentemente, Peter Gay (1990), Jörn Rüsen (2001), Perry Anderson (2004), Peter Burke (2002; 2005), Carlo Ginzburg (2002), Josep Fontana (2004), Roger Chartier (2002) e Robert Darnton (2005). Não cabe aqui reproduzir na íntegra as circunstâncias e os argumentos das respostas. De forma muito resumida pode-se dizer que: a) White acabou criando um “novo positivismo”, o da verdade do texto, o qual, além disso, ainda é visto a partir de uma hierarquia de “urdiduras de enredo”; b) dá-se ênfase apenas ao produto final, sem verificar as diferentes etapas de elaboração do texto histórico (e do literário), que está intimamente relacionado ao processo de pesquisa das fontes e à sua interpretação; c) indica-se a “visão de mundo” criada no texto pelo historiador, não se percebendo que essa visão foi produzida a partir de uma realidade “extratextual” e com base nessa realidade; d) destacam-se a forma, a linguagem, a eficácia e o convencimento retóricos, deixando-se de lado os agentes, os testemunhos, os resquícios, os indícios e as provas; e) presume-se que o texto é um deleite de profissionais, sem com isso se verificarem as circunstâncias e os problemas que possibilitaram a sua elaboração; f) priorizam-se o discurso, as interpretações e a verdade, quando de fato se deve dar maior atenção à pesquisa, à análise das fontes e à precisão da narrativa.

A crítica destes historiadores demonstrou também que, embora fosse passível de muitas revisões e comentários, a obra de Hayden White mereceria a atenção dos historiadores de ofício. Para Lloyd S. Kramer,

A crítica mais comum dos historiadores profissionais a White e La Capra diz respeito à suposta tendência desses autores ao relativismo histórico. Ao enfatizar o papel decisivo da linguagem e dos códigos literários em todos os relatos do mundo, a abordagem crítico-literária parece transformar a compreensão histórica numa mera projeção de pesquisadores que, ingenuamente, vêem suas próprias categorias como a coisa-em-si (KRAMER, 1992, p. 165).

Quanto a isso, Peter Burke assim se expressa:

Como deve o historiador reagir às afirmações de White? Minha reação, após um período inicial de deslumbramento, foi e é uma combinação de crítica e de admiração. Primeiramente, acredito que [...] White mostrou a validade de se examinar a retórica dos escritores de um gênero que os bibliotecários britânicos consideram 'não-ficção'. Por se mostrar útil e até indispensável, sua expressão 'elaboração de enredo' [...] entrou na língua inglesa. [...] Contudo, existem também fragilidades na estrutura de "Meta-história" [...] a ideia de 'sátira' é bem mais vaga que a de comédia ou a de tragédia [...] é, sem dúvida, esquemático demais [...] parece um pouco arbitrário associar enredos específicos e mais ainda tropos específicos com figuras individuais de historiadores [...] os historiadores discutidos teriam ou não consciência da elaboração de seus enredos? [...] categorias básicas como tragédia, comédia e outras são universais ou meramente acidentais? [...] Seria a historiografia simplesmente uma forma de ficção ou trata-se de um gênero com regras próprias, inclusive as regras da evidência? [...] o acusam de ignorar a distinção entre verdade e falsidade, vale lembrar as condições restritivas de suas teses, que, apesar de explícitas no texto, os [...] críticos não conseguem ou não querem enxergar. White não nega que os historiadores se preocupem com dados e fontes, nem que as controvérsias presentes nas páginas de revistas especializadas, redundem com frequência em questões referentes ao acontecimento. Ele apenas afirma que, 'além disso', historiadores levam em conta a retórica (BURKE, 2001, p. 111-2).

Mais radical em suas críticas, Josep Fontana assim se refere à questão:

Os efeitos da "reviravolta linguística" na história foram tardios e apareceram nos Estados Unidos como consequência da crise da história intelectual, com a participação direta de Hayden White e de La Capra e com a colaboração, desde o primeiro momento, de Roger Chartier. De fato, os partidários da reviravolta eram muito menos inovadores do que pretendiam. [...] Uma das principais utilidades da análise de texto consiste na possibilidade de examinar como os textos legitimadores são elaborados, começando pelos próprios relatos históricos. A verdade é que a retórica dos historiadores não tem nada de excepcional, já que não é, em essência, outra coisa do que a manifestação daquela "retórica da ciência" que Alan Gross estudou, construída de maneira que consiga persuadir àqueles a quem se destina de que

não é retórica, mas demonstração. Boa parte das reiteradas elucubrações em torno da história como narração – Hayden White, [Paul] Ricoeur, etc. –, que parecem colocar a questão como se fosse um problema específico da história, ameaçando-a de se ver expulsa do terreno da ciência para cair no da literatura, não consideram que a narração é a forma habitual com que o homem organiza os conhecimentos, inclusive os das ciências naturais (FONTANA, 2004, p. 406 e 408).

Diante dos dilemas resumidamente apontados acima, parece se tornar crucial para o historiador, de tempos em tempos, justificar o seu ofício e definir a sua função na sociedade. De Heródoto a Tucídides (HARTOG, 2003b), de Lorenzo Valla a Leopoldo von Ranke (GINZBURG, 2002), de Lucien Febvre (1989) e Marc Bloch (2002) a Fernand Braudel (1992), e destes ao presente (HARTOG, 2003a), o ofício de historiador, ao mesmo tempo em que ganhava um caráter cada vez mais profissionalizado, também foi indicando a complexidade do que “era” e “é” escrever a História, a começar pela própria complexidade do termo “História”, que em muitos países refere-se tanto “ao vivido”, “ao acontecido”, quanto a “sua(s) interpretação(ões)” (LE GOFF, 1996). Quanto a esse aspecto diz Julio Aróstegui Sánchez:

A palavra *História* é objeto de usos anfibológicos entre os quais o mais comum é sua aplicação a duas entidades diferentes: uma, a *realidade do histórico*, e outra, a *disciplina* que estuda a História. Praticamente, nenhum historiador que tenha dedicado algumas linhas para comentar os problemas inerentes à sua prática deixou de destacar essa questão (AROSTEGUI SANCHEZ, 2006, p. 25-6).

Não por acaso, argumenta Patrick Gardiner (2004) que uma teoria da História deve necessariamente possuir, pelo menos: a) uma *Filosofia da história*, isto é, uma interpretação do processo histórico segundo um fim previamente estabelecido, ainda que em um tempo “futuro” não programado nem conhecido antecipadamente, com vistas a se inquirir o “sentido” e as “leis” que diagnosticariam e proporcionariam o movimento de transformações e permanências entre as sociedades do passado e as sociedades do presente; b) um *estilo*, quer dizer, uma forma específica de os historiadores se referirem aos “pares” e ao público num nível de articulação possível entre o “lugar social” de onde falam, sua “prática” de pesquisa e a sua “escrita”, que corresponderiam à “operação historiográfica” definida por Michel de Certeau (2002); c) e um *método*, ou

mais precisamente, procedimentos de pesquisa que lhe permitam inquirir e interpretar as sociedades do passado e as do presente. Neste sentido, pelo menos duas perguntas seriam fundamentais: 1) qual a utilidade da Teoria da História para os historiadores?; 2) e qual a importância das teorias, para os historiadores comporem a sua escrita, mesmo que sob a forma de uma narrativa?.

A importância desses questionamentos se encontra na observação de que existe um consenso relativo entre vários autores (entre eles Michel Vovelle, Pierre Vilar, E. P. Thompson, Perry Anderson e Eric Hobsbawm) de que as questões teóricas seriam pouco discutidas e enfrentadas pelo historiador e às vezes demasiadamente discutidas por filósofos e cientistas sociais – como Condorcet, Voltaire, Hegel, Marx, Durkheim, Weber e, mais recentemente, L. Althusser, M. Foucault, C. Castoriadis, P. Bourdieu – ocasionando, desse modo, mais uma “apropriação” de modelos teóricos dos historiadores por parte dos filósofos e cientistas sociais do que a produção de teorias por parte dos historiadores (DOSSE, 2003; 2007; KOSELLECK, 2006; LIMA, 2006; GADDIS, 2003). Além disso, após o movimento estudantil de maio de 1968 (na França e em outros países), supõe-se que teriam aumentado o descrédito e a não viabilidade dos principais modelos teóricos herdados dos séculos XVIII e XIX (FERRY; RENAUT, 1988), tais como o(s) iluminismo(s), o(s) positivismo(s) e o(s) marxismo(s), e isso resultaria em um distanciamento ainda maior dos historiadores em relação às questões teóricas e metodológicas de seu ofício profissional. Em parte, isso se explicaria pelo fato de aqueles modelos teóricos consagrados e herdados dos séculos XVIII e XIX, os quais almejavam atingir por meio de suas “filosofias da história” a realização de seus projetos políticos, terem se revelado no século XX sem a mesma força explicativa e sem a mesma capacidade de realização na prática; mas principalmente pelo fato de o projeto de uma sociedade globalizada e harmonizada pelas luzes do saber, no Iluminismo, de uma sociedade humanizada pelo saber científico, no Positivismo, e de uma sociedade justa e sem divisões de classes, no Marxismo, terem-se mostrado ineficientes quanto ao próprio movimento histórico, que veio a tornar (talvez até) irrealizáveis, na prática, todos aqueles projetos específicos (KOSELLECK, 1999; 2006; MANOEL, 2004). Por outro lado, supõe-se também que os desdobramentos do movimento dos *Annales* na França após a década de 1960, segundo muitos autores – entre eles François Dosse (2003) – teriam sofrido uma mudança significativa com relação aos projetos das duas primeiras gerações, ao desconsiderarem o conceito de “progresso” e de

“racionalidade” e ao rejeitarem a questão do “sentido” na História e se aproximarem muito do irracionalismo pós-estruturalista e da interpretação “circular” da história produzida na Antiguidade Clássica.

Destarte, não é por acaso que nos últimos decênios se tornaram tão evidentes ao ofício dos historiadores questionamentos como: qual a função da retórica no discurso histórico?; o historiador pode provar alguma coisa, já que, diferentemente de outros tipos de ciência, a História não permitiria o mesmo tipo de validação, de experimentação, portanto, de confirmação?; não seria mais adequada a constatação de que o que os historiadores fazem é evidenciar os indícios do passado e a partir disso elaborar o seu testemunho na forma de uma narrativa?

A RESPOSTA DE CARLO GINZBURG: A PRECISÃO METODOLÓGICA A SERVIÇO DAS PROVAS

O historiador italiano Carlo Ginzburg³, que nos anos 1950 e 1960 iniciou sua carreira profissional no interior daquelas discussões, pesquisando processos judiciais da Inquisição dos séculos XV e XVI, principalmente da região do Friuli, na Itália, das quais se originaram as obras *Os andarilhos do bem* e *O queijo e os vermes*, é um excelente exemplo da forma como nas últimas décadas aquelas discussões foram conduzidas. Ele assim se expressa:

Comecei a praticar o ofício de historiador examinando textos não literários (sobretudo processos da Inquisição) com auxílio dos instrumentos interpretativos desenvolvidos por estudiosos como Leo Spitzer, Erich Auerbach, Gianfranco Contini [...] [e] com o moleiro friulano Domenico Scandela, dito Menocchio, condenado à morte pela Inquisição por causa de suas ideias, aprendi que o modo como um ser humano reelabora os livros que lê é muitas vezes imprevisível (GINZBURG, 2004, p. 14).

Em obras como *História noturna*, *O juiz e o historiador*, ou mesmo em *Mitos, emblemas e sinais* (livro que reúne alguns de seus principais ensaios), Ginzburg se deparou com a questão da interpretação das fontes, da viabilidade das provas e do uso da narrativa. Além disso, também se viu obrigado a revisar o estatuto teórico da “história das mentalidades” e

³ Para um panorama sobre essa questão na historiografia italiana, ver: Malerba; Aguirre Rojas (2007); Fontana (2004); Lima (2006).

da “interpretação marxista da História”, para desenvolver seus procedimentos de análise das fontes e o próprio estilo de sua escrita.

No início dos anos de 1970, quando lançou seu famoso e polêmico ensaio *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* (que anos depois foi reunido no seu livro *Mitos, emblemas e sinais*), no qual procurou historiar as origens de seu procedimento investigativo das sociedades e dos homens no tempo com vistas a analisar as mudanças e as permanências das sociedades do passado e das sociedades do presente, Ginzburg (1999) já indicava a forma como estava tomando partido naquela polêmica historiográfica. Diz ele:

Retorno àquele ensaio, que desde então tem continuado a alimentar subterraneamente o meu trabalho, porque a hipótese sobre a origem da narração ali formulada também pode lançar luz sobre as narrativas voltadas, ao contrário das outras, para a busca da verdade, e contudo modeladas, em cada uma de suas fases, por perguntas e respostas elaboradas de forma narrativa. Ler a realidade às avessas, partindo de sua opacidade, para não permanecer prisioneiro dos esquemas da inteligência: essa ideia, cara a Proust, parece-me exprimir um ideal de pesquisa (GINZBURG, 2004, p. 14).

Mas foi juntamente com Edoardo Grendi, Carlo Poni e Giovanni Levi, no início da década de 1980 – quando começaram a contribuir com artigos e na administração da revista *Quaderni Storici* e dirigiram a coleção de estudos (reunindo trabalhos de intelectuais italianos, franceses e ingleses) denominada *Microstoria*, publicada pela Editora Einaudi, entre 1981 e 1988 (VAINFAS, 2002) – que de fato Ginzburg demonstrou suas insatisfações com relação às interpretações macrosociais, indicando como alternativa necessária à alteração da escala de análise do historiador os estudos microsociais (LIMA, 2006).

Na década de 1990, por outro lado, ao se voltar mais para o gênero ensaístico e para a análise de romances, quando se encontrava lecionando em universidades dos Estados Unidos e lá observava a maneira pela qual os debates da “virada linguística”, da “pós-modernidade” e da “nova crítica” se desenrolavam, que Ginzburg (2001; 2002) indicaria de maneira mais direta sua polêmica com a historiografia pós-moderna e seus livros *Olhos de madeira* e *Relações de força* formariam suas primeiras incursões nesse debate sobre a história estar ou não entre a *arte* e a *ciência*. Para ele,

As teses cépticas baseadas na redução da historiografia à sua dimensão narrativa ou retórica circulam já há alguns decênios, ainda que as suas raízes sejam, como se verá, mais antigas. Como de costume, os teóricos da historiografia que as propõem pouco se preocupam com o trabalho concreto dos historiadores. Mas estes, também, depois de fazerem uma homenagem convencional à *tendência linguística* ou *retórica* em voga, se mostram bem pouco inclinados a refletir sobre as implicações teóricas da sua profissão. Raramente a distância entre reflexão metodológica e prática historiográfica efetiva foi tão grande quanto nos últimos decênios. Parece-me que o único modo de superá-la é tomar a sério o desafio céptico, procurando expressar o ponto de vista de quem trabalha com os documentos, no sentido mais amplo do termo. A solução que proponho transfere para o âmago da pesquisa as tensões entre narração e documentação. Mas não é meu intuito pôr de acordo teóricos e historiadores e, provavelmente, descontentarei a todos (GINZBURG, 2002, p. 13-14).

Para o autor, o primeiro passo para se apontar a origem das “teses cépticas” é constatar a convivência e as relações entre as culturas, que acabaram elaborando posturas teóricas, com desdobramentos políticos que resultaram numa “ideia de retórica não apenas estranha mas também contraposta à prova”. Essa ideia, para o autor, remontaria a Friedrich Nietzsche, que viveu entre 1844 e 1900. Detendo-se, de modo particular, no seu texto *Acerca da verdade e da mentira*, o autor esclarece as influências que este recebeu de Gustav Gerber em seu livro *A linguagem como arte*, de 1871, e de Martinho Lutero, com a sua tradução da Bíblia para o alemão – apenas para ficarmos aqui nos principais. Para Ginzburg, “a existência de diversas línguas é citada como prova do abismo que separa palavras e coisas: a linguagem não pode dar uma imagem adequada da realidade. A observação de Gerber vinha inserida numa argumentação destinada a demonstrar a fragilidade da chamada ciência” (2002, p. 28). Por outro lado, em sua leitura da Bíblia de Lutero, alguns dos temas discutidos no *Novo Testamento* “foram recuperados e desviados por Nietzsche para uma direção radicalmente céptica. Se tudo na linguagem é tropo, se a própria gramática não passa de um produto das figuras do discurso, as pretensões de conhecer o mundo por meio do idioma são disparatadas” (2002, p. 31).

Provavelmente, Nietzsche jamais imaginaria a maneira como sua obra seria lida e apropriada no século XX (JOANILHO, 2008), mesmo se

considerarmos que muitos estudiosos observaram retrospectivamente ter sido ele um dos precursores da virada linguística dos anos de 1960, quando esta iniciou, coexistindo depois com o relativismo da corrente (dita) “pós-moderna”. Isso muitas vezes ocorre porque as formas como a “herança intelectual” da obra de um autor é recebida dificilmente são adequadamente mensuradas e avaliadas, muito menos previstas, quando ainda essa obra se encontra em processo de elaboração e produção. Desse modo, analisar como Nietzsche foi lido e interpretado no século XX foi o passo seguinte, dando continuidade a sua interpretação. De acordo com a exposição de Ginzburg, a forma como Nietzsche e sua obra foram apropriados deu base às “teses cépticas”, a exemplo das ideias que vão de Paul de Man a Jacques Derrida. Constata o mesmo autor que o “limite do relativismo [...] é o de escamotear a distinção entre juízo de fato e juízo de valor, suprimindo conforme o caso um ou outro dos dois termos” (GINZBURG, 2002, p. 38).

Assim, a tese que o autor procura elaborar consiste, em poucas palavras, em demonstrar, com base nos principais argumentos “cépticos”, a inviabilidade das provas para o discurso histórico e, por extensão, a sua inevitável oposição à retórica, as quais de fato são insustentáveis. Na verdade, para ele, o sucesso alcançado pela interpretação “céptica” (dita também “pós-moderna”) se deve não apenas à certeza da afirmação da impossibilidade de o historiador provar qualquer coisa (sobre os homens e as sociedades do passado), mas também, e principalmente, ao esquecimento a que se chegou na contemporaneidade quanto a ser a “prova” parte integrante da retórica no processo de elaboração da “escrita da história”.

De acordo com essa argumentação, ao se questionar a que tipo de retórica estes autores se referem, Ginzburg destaca que em nada ela se refere à retórica pensada e praticada por Aristóteles. Afirma que o texto em que “Aristóteles tratou mais amplamente da historiografia (ou, pelo menos, do seu núcleo fundamental), no sentido que nos é familiar, não é a *Poética*, mas sim a *Retórica*” (GINZBURG, 2002, p. 47). Para ele, Aristóteles indicaria neste texto, de forma consistente, que prova e retórica estão intimamente relacionadas quando se apresentam sob a forma de uma narrativa histórica, ou mesmo jurídica, assertiva que corresponderia, pelo menos, ao núcleo fundamental do que entendemos hoje por historiografia. Nesse caso, a “redução, hoje em voga, da história à retórica não pode ser repelida sustentando-se que a relação entre uma e outra sempre foi fraca e pouco relevante [...] [e] essa redução pode e deve

ser rechaçada pela reavaliação da riqueza intelectual da tradição que remonta a Aristóteles e à sua tese central: as provas, longe de serem incompatíveis com a retórica, constituem o seu núcleo fundamental" (GINZBURG, 2002, p. 63). No entanto, a "visão da retórica como técnica de convencimento emotivo na qual o exame das provas tem um lugar marginal prevaleceu graças à imensa autoridade de Cícero" (GINZBURG, 2002, p. 75). Neste sentido, foi graças à posição anticiceroniana de Lorenzo Valla e à sua admiração por Quintiliano que este "redescobriu o núcleo fundamental da *Retórica* de Aristóteles".

Por esta razão o autor atribui à viragem linguística da década de 1960, a qual entende mais como uma "viragem retórica", a contraposição entre retórica e prova, enfatizando-a como uma dimensão da historiografia positivista. E sob variados aspectos sua genealogia perpassaria pelas obras de Cícero, Nietzsche, até as de Roland Barthes e Hayden White. Esta corrente interpretativa se afastaria da tradição que observa as implicações da relação entre retórica e prova, sobre o núcleo central da historiografia; e que remontaria, por sua vez, a Aristóteles, Quintiliano e Lorenzo Valla, depois, aos antiquários dos séculos XVII e XVIII, e a autores como Arnaldo Momigliano, que redescobriria a importância dos antiquários no século XX (MOMIGLIANO, 2004). Desse modo, é possível perceber como Carlo Ginzburg constrói sua crítica às teses cépticas e ao mesmo tempo mostra sua posição nesta "querela", indicando a "herança intelectual" de que ela faz parte. Não é por acaso, portanto, que o autor tenha chegado à seguinte conclusão:

A postura, hoje difundida, em relação às narrativas historiográficas me parece simplista porque examina, normalmente, só o produto literário final sem levar em conta as pesquisas (arquivísticas, filológicas, estatísticas etc.) que o tornaram possível. Devemos, pelo contrário, deslocar a atenção do produto literário final para as fases preparatórias, para investigar a interação recíproca, *no interior do processo de pesquisa*, dos dados empíricos com os vínculos narrativos. Há muitos anos, Lucien Febvre observou que as fontes históricas não falam sozinhas, mas só se interrogadas de maneira apropriada. Hoje isso nos parece óbvio. Menos óbvia é a observação de que as perguntas do historiador são colocadas sempre, direta ou indiretamente, em formas (destaco o plural) narrativas. Essas narrações provisórias delimitam um âmbito de possibilidades que, frequentemente, são modificados ou até descartados no curso do processo de pesquisa. Podemos comparar essas narrativas a instâncias mediadoras entre

questões e fontes, as quais influem profundamente (ainda que não de maneira exclusiva) sobre os modos pelos quais os dados históricos são recolhidos, eliminados, interpretados – e, por fim, naturalmente, narrados (2002, p. 114).

É natural que pelo que até aqui foi dito, muitos poderão acusar Carlo Ginzburg de ser um (mero) atualizador dos antiquários dos séculos XVII e XVIII e dizer que seu método expositivo é impreciso, às vezes exagerado, ao apontar continuidades e descontinuidades milenares entre diferentes posturas teóricas, ou entre certos costumes, formas de agir e pensar dos homens e das mulheres de outrora, como já indicou Perry Anderson, ressaltando que a “explicação que ele oferece é convencional e descuidada – pouco mais do que referências genéricas” (1996, p. 88). No entanto, a questão é muito mais complexa do que esta simples verificação, embora, em certo sentido, ela não seja errada. Deve-se desde já valorizar pelo menos a sua preocupação e a sua demonstração do papel exercido pelo historiador, tanto no passado quanto no presente, na construção do conhecimento histórico – que é fundamental para qualquer sociedade⁴. Evidentemente, como qualquer intelectual engajado e apaixonado pelo que faz, pode-se observar que, ao fazer isso, (assim como em seu hoje clássico ensaio *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*), novamente justificou, ainda que de forma muito erudita, quanto suas posições políticas e intelectuais são coerentes e historicamente verificáveis. Diz ele: “Ao avaliar as provas, os historiadores deveriam recordar que todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso a documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si” (GINZBURG, 2002, p. 43). Afinal, qual “o pecado mortal” de mesmo o conhecimento histórico ser possível? Para os céticos, segundo o autor, o incômodo (não apenas político e cultural) de constatar que os países ditos mais “civilizados” e “desenvolvidos” acabaram cometendo os maiores atos de barbárie, como o Holocausto ou o extermínio de civilizações inteiras, ditas “primitivas”, na África e na(s) América(s). Por isso mesmo, para “escovar a história ao contrário [até mesmo a produzida pela maré pós-moderna], como Walter Benjamin exortava a fazer, é preciso aprender a ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é

⁴ Ginzburg retoma e aprofunda tal evidência em seu livro *O fio e os rastros* (GINZBURG, 2007). Para uma discussão do tema, ver: (ROIZ, 2009).

irredutível a elas” (GINZBURG, 2002, p. 43), o que, muitas vezes, pode implicar na (re)descoberta de uma verdade (ou de verdades históricas) até inesperada, que é a de que por trás de toda narrativa, principalmente a histórica, houve uma “realidade extratextual” que lhe deu base e a tornou possível⁵.

De forma ainda mais direta, Ginzburg (2007) quer demonstrar a importância dos historiadores para as sociedades, na construção de suas identidades, talvez até mais no período atual do que no passado. Para isso, indo contra a maré “pós-moderna”, indica que o discurso literário, quando bem analisado o seu processo de elaboração e cotejadas as suas provas, pode também ser um caminho para se escrever um discurso histórico verdadeiro (entre outros possíveis) sobre as sociedades e os homens no tempo, pois a história é constantemente reescrita, fazendo com que nenhuma *história seja a ‘História’, mas que nem por isso não seja uma história (verdadeira)*. É justamente nesse ponto – aclamado pela crítica “pós-moderna” como *o inevitável relativismo do discurso e da verdade* (a ponto de alguns estudiosos acreditarem que ou ela não existe ou é apenas uma construção discursiva) – que, de acordo com Ginzburg (2002; 2004; 2007), seriam encontradas a função e a importância dos historiadores, ao preocuparem efetuar pesquisas mais precisas, inquirindo as fontes e agrupando as provas para se definir *níveis mais aproximados de verdade*, ao ‘escrevem a(s) (suas) história(s)’ (GINZBURG, 2004; 2007).

A RESPOSTA DE JÖRN RÜSEN: A TEORIA A SERVIÇO DA ESCRITA DA HISTÓRIA

No campo específico da teoria da história não foi diferente. Nesse momento de “crises” do discurso histórico e das teorias da história, o historiador alemão Jörn Rüsen⁶, com seu livro: *Razão histórica* (que faz parte de seu estudo sobre as teorias da história, organizado em três volumes, na década de 1980), quis, ao mesmo tempo, responder às críticas de autores como Hayden White, Paul Veyne e Michel Foucault às teorias da história e ao discurso do historiador e operar uma reconstrução das teorias da história com vistas a delimitar suas características e o seu

⁵ Para um maior detalhamento a respeito da posição de Walter Benjamin, ver: (LÖWY, 2005).

⁶ Para um panorama sobre essa questão na historiografia alemã, ver: Koselleck (2006); Martins (2007); Gertz (2007).

papel no ofício dos historiadores, quando recortam seus objetos de pesquisa, definem suas fontes e suas abordagens, assimilam um estilo à sua escrita da história e buscam inquirir e interpretar as sociedades do passado. Assim os questionamentos sobre definir a questão do sentido na história, como definir um estatuto de cientificidade e de racionalidade no discurso histórico, e como pensar a questão do progresso no processo histórico foram os problemas levantados por esse historiador, aos quais em sua obra ele tentou oferecer possíveis respostas.

Quanto a esse aspecto, visou enfrentar um duplo dilema: o das críticas internas e externas à História e o da função das teorias na escrita da História. Procurou assim rastrear as características e a função de uma teoria da História. Para Rüsen, a “teoria não é mais que uma elaboração especial dessa constante reflexão do sujeito cognoscente sobre si mesmo [...] essa reflexão se efetiva, em correlação com o objeto primário do pensamento: a ‘história’ [...] [assim a] teoria da história articula-se com a autorreflexão do pensamento histórico, que se processa no trabalho cotidiano da pesquisa histórica” (2001, p. 25-6). Neste sentido, buscou demonstrar “que o olhar dos historiadores passa dos objetos de seu conhecimento científico a seus princípios, como eles surgem e para que são tematizados” e, assim, o que a teoria “analisa, como fundamento da ciência da história, não pode ser tratado independentemente das razões e das finalidades dessa atividade” (2001, p. 26). Portanto a teoria da História “tem de apreender [...] os fatores determinantes do conhecimento histórico que delimitam o campo inteiro da pesquisa histórica e da historiografia, identificá-los um a um e demonstrar sua interdependência sistemática. E como a pesquisa e a historiografia nada têm de estático, cabe a teoria mostrar como esse sistema é um processo dinâmico” (2001, p. 29).

Foi com esse objetivo que Jörn Rüsen se preocupou em circunstanciar uma teoria sistemática da história. Para articulá-la tomou como base o conceito de “matriz disciplinar”⁷ desenvolvido por Thomas Kuhn (2003), que o apresentou no posfácio de 1969 a seu livro *A estrutura*

⁷ Para tanto, Rüsen indica que o historiador articula essas reflexões dentro do que definiu como ‘matriz disciplinar’, onde estariam agrupados cinco elementos: ideias, métodos, formas, funções e interesses. Segundo ele “uma ‘matriz disciplinar’ é uma explicação teórica do tipo de racionalidade da constituição histórica de sentido” (2001, p. 161). Portanto, a história segundo ele seria científica porque “ciência é método” (2001, p. 98).

das revoluções científicas (originalmente publicado em 1962), no qual propôs substituir seu conceito de “paradigma”, ao enfatizar que,

[Apesar de o] termo ‘paradigma’ [ser] aquilo que os membros de uma comunidade científica partilham e, inversamente, uma comunidade científica consist[ir] em homens que partilham um paradigma. [...] [e] indica[r] toda constelação de crenças, valores, técnicas [...] [e] denota[r] um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal (2003, p. 218-9). [...] Para os nossos propósitos atuais, sugiro ‘matriz disciplinar’: ‘disciplinar’ porque se refere a uma posse comum aos praticantes de uma disciplina particular; ‘matriz’ porque é composta de elementos ordenados de várias espécies, cada um deles exigindo uma determinação mais pormenorizada (KHUN, 2003, p. 226)

Mas Rösen ressalta:

A categoria utilizada inicialmente por Kuhn, paradigma, também foi adotada na teoria da história. Ela pode ser considerada sinônima da expressão empregada por mim, ‘matriz disciplinar’. Não tenho a intenção de meramente transpor as teses de Kuhn sobre a evolução histórica das ciências naturais para a ciência da história e apenas aplicá-las à teoria da história. Meu objetivo consiste em, com a ajuda de sua concepção de paradigma ou de matriz disciplinar, descrever o objeto específico da reflexão de uma teoria da história. Para essa finalidade, não faz diferença saber se o objeto próprio da teoria da história corresponde ao que Kuhn estudou no âmbito da teoria das ciências naturais (2001, p. 29, nota 5).

E ainda:

Um “paradigma” ou uma “matriz disciplinar” é uma explicação teórica do tipo de racionalidade da constituição histórica de sentido. Os termos são de Thomas S. Kuhn, mas seu significado original sofreu modificações substanciais ao longo da reflexão sobre os processos cognitivos próprios às ciências da cultura e sobre outras práticas culturais de constituição de sentido. Inalterada ficou a pretensão de explicitar os múltiplos fatores regulativos do processo cognitivo ou da prática

interpretativa de uma cultura como um contexto sistemático que possa servir para delimitar um determinado tipo de conhecimento e de interpretação. Com respeito à ciência, um paradigma descreve determinado modelo, uma escola, uma direção, mas também – de acordo com o grau de universalidade com que os fatores da prática cognitiva são tratados – uma época (2001, p. 161).

Com esse propósito, que Jörn Rüsen procurou definir como matriz disciplinar o conjunto sistemático de fatores que prescrevem um processo dinâmico com vista a determinar os princípios constitutivos da ciência da história. Mais precisamente, a matriz disciplinar corresponderia à articulação de fatores que envolveriam a “vida prática” e a “ciência especializada”, em que se passaria dos *interesses*, que orientam o fluxo do tempo e a maneira como os indivíduos definem seu agir, para as *ideias* (as perspectivas orientadoras da experiência sobre o passado, no presente histórico), e destas para os *métodos* (as regras da pesquisa empírica), que almejavam em seguida *formas* de apresentação do conhecimento histórico, que teriam como *funções* regular a orientação existencial dos indivíduos no tempo e lhes permitir tomadas de decisões. Neste sentido, “articulados na matriz disciplinar da ciência da história, eles adquirem a especificidade que permite distinguir o pensamento histórico constituído cientificamente do pensamento histórico comum” (2001, p. 35), o que implicaria em reconhecer a especificidade do conhecimento histórico em moldes científicos sem negar a sua correspondente ligação com a criação artística e literária, em função de seus resultados serem expostos, via de regra, por meio de narrativas.

Por isso, sua argumentação se pauta na historiografia alemã e em autores como J. Burckhardt, J. Droysen, J. Habermas, R. Koselleck, E. Carr e A. Schaff, por acreditar que existe uma racionalidade, um sentido, um progresso que delimita as características do processo histórico quando os historiadores buscam analisar os homens e as sociedades no tempo, e nesse sentido, talvez se agrupe ao que é hoje denominado “neopositivismo” (WIKLUND, 2008). Assim, critica a análise “irracionalista” de Michel Foucault (1997) sobre a História, bem como as restrições apontadas por Paul Veyne (1998) quanto ao nível de sentido da escrita, à possibilidade de interpretação do passado e o questionamento de Hayden White (1994; 1995) sobre o nível de verdade e de cientificidade na escrita da história, enquadrando-a em um tipo de arte. Mais do que Marc Bloch (2002), Lucien Febvre (1989) e Fernand Braudel

(1992), que acreditaram que a História não era propriamente uma ciência, mas sim “uma pesquisa cientificamente conduzida”, o autor leva ao extremo a afirmação, procurando demonstrar os níveis de “cientificidade” da pesquisa histórica e provar que a História também é uma ciência, ainda que peculiar. Para ele,

[...] a cientificidade da ciência da história deve ser estabelecida e descrita justamente no que tem de peculiar, que produz o constructo significativo chamado história [...]. *História como ciência é a forma peculiar de garantir a validade que as histórias, em geral, pretendem ter*. Histórias narradas com especificidade científica são histórias cuja validade está garantida mediante uma fundamentação particularmente bem feita (RÜSEN, 2001, p. 96-97).

Para ele, “narrar é uma prática cultural de interpretação do tempo, antropológicamente universal” (RÜSEN, 2001, p. 149).

Com a publicação de *História Viva*, o terceiro volume da trilogia sobre teoria da História, Jörn Rüsen comentou com especial destaque a obra de Hayden White.⁸ Do primeiro ao terceiro volume, a crítica tanto à “virada linguística” quanto à obra de Hayden White aparece ora com maior ora com menor destaque e análise. Isto é indicado pelo autor especialmente no terceiro volume, ao procurar evidenciar as formas de apresentação da historiografia e analisar os fundamentos didáticos do saber histórico.

De fato, o autor argumentará mais especificamente que

Na tradição retórica da teoria da história cuidava-se, sobretudo, das regras da escrita historiográfica, da poética normativa da historiografia. Tal poética ensinaria aos historiadores como escrever obras ‘fáceis de ler’, ou seja: de boa repercussão. A obra deveria dirigir-se ao ‘coração’ do leitor. A historiografia deveria habituá-lo a agir praticamente. Com a cientificação da historiografia, o núcleo das reflexões metódicas dos historiadores mudou. Ele passou da formatação da historiografia para as regras da pesquisa histórica. O aspecto da forma e da repercussão deslocou-se para a margem da profissionalização, quando não para fora dela, como mero

⁸ Publicada originalmente nos anos de 1980, a obra de Rüsen foi impressa no Brasil entre os anos de 2001 e 2007, pela editora da Universidade de Brasília (RÜSEN, 2001; 2007a; 2007b).

acessório, externo à especialização. Assim, por exemplo, a didática da história, por muito tempo, não era considerada parte integrante da disciplina especializada 'história', mas apenas como aplicação pedagógica, referente apenas ao uso externo do saber histórico (RÜSEN, 2007b, p. 11).

Por isso dirá o autor que "escrever a história é a tarefa dos historiadores", mas como "fazê-lo, é [sempre] um problema"; o que, não por acaso, o fez se apoiar, em muitos momentos, também na obra *Futuro passado* (de 1979) de Reinhart Koselleck (1923-2006). Foi neste sentido que retomou, principalmente, as interpretações de Johann Gustav Droysen (1808-1884), de Leopoldo von Ranke (1795-1886), de Numa Denis Fustel de Coulanges (1830-1889), de Theodor Mommsen (1817-1903) e de Max Weber (1864-1920), para empreender sua análise da historiografia oitocentista, detalhando a maneira como esses autores se preocuparam em organizar a pesquisa histórica em "moldes científicos". A esses autores normalmente se voltavam as críticas, por exemplo, de Roland Barthes (2004), Paul Veyne (1998) e Hayden White (1994; 1995). O autor resumirá as teses céticas destes autores da seguinte forma:

[...] cresce a aceitação de que não se tem como abandonar os elementos narrativos na apresentação da história [...]. Além disso, ao se examinar mais de perto essa questão, encontra-se que um significado especial é atribuído à estrutura narrativa do saber histórico. Essa estrutura diz respeito à peculiaridade lógica do conhecimento histórico. Acresce que um olhar mais detido sobre as operações narrativas da consciência histórica traz à luz fatores do conhecimento histórico que dificilmente podem ser reduzidos à concepção corriqueira de racionalidade científica (desenvolvida obviamente a partir do paradigma das ciências naturais matematizadas). Os critérios de sentido decisivos para o pensamento histórico, com os quais acontecimentos passados são ordenados em um contexto especificamente histórico [...], possuem uma qualidade especial. Hayden White os descreveu como 'poéticos' e alcançou, com isso, uma influência altamente benéfica sobre o debate na teoria da história. Com essa peculiaridade narrativa ou até poética, o pensamento histórico protege-se de sua subsunção a uma concepção unitária de ciência, dependente de uma racionalidade nomológica. O ângulo linguístico dessa concepção de (meta)teoria da ciência histórica vale para os procedimentos linguísticos mediante os quais os fatos obtidos das fontes pela pesquisa adquirem seu sentido histórico

específico. Esse sentido se constitui na conexão narrativa que os articula, transformando assim 'passado' em 'história'. Tais procedimentos constituem uma profunda dimensão da historiografia, na qual são evidentes surpreendentes pontos em comum com as formas literárias da constituição de sentido. Na interpretação e apresentação, pela ciência da história, dos contextos históricos, consolidam-se os modos fundamentais de atribuição de sentido, pela linguagem, a fatos que vinham sendo consignados praticamente só em textos literários (RÜSEN, 2007b, p. 25).

Apresentada a tese, diz o autor que esta “abalou fortemente o estatuto científico da história”, que tinha seus fundamentos na pesquisa histórica oitocentista, da qual a ciência da história se utilizou para distinguir-se da sua tradição pré-científica, que é retórica. E acrescenta:

Esse limite não pode ser caracterizado pela distinção entre facticidade e ficcionalidade, pois a articulação entre sentido e significado dos fatos do passado vai além de sua facticidade. [...] A pressão do passado sobre os pressupostos e as circunstâncias da vida humana prática atual é tão real quanto o são os elementos intencionais dessa práxis, com os quais os indivíduos buscam transformar tal pressão em impulsos de seu agir autônomo. Essa realidade atravessa a distinção entre facticidade e ficcionalidade no processo de memória da consciência histórica. O limite das possibilidades estéticas da apresentação histórica está no ponto em que a imaginação simbólica da interpretação do mundo, da autocompreensão e da autoconcepção descole dessa realidade e introduza uma dimensão utópica do tempo na determinação do sentido do agir e o transforme em simulação. Naturalmente, esse limite separa, do potencial estético da constituição histórica de sentido, todos os campos da constituição estética de sentido, na medida em que estes se subtraíam à pressão experiencial dos processos temporais reais, liberando a imaginação. [...] A formatação historiográfica é coerente esteticamente se apresenta o saber histórico com as expressões linguísticas significativas que satisfaçam à carência de sentido e à capacidade de constituir sentido dos destinatários. Algo semelhante vale para o critério historiográfico da coerência retórica: ele é satisfeito por formações que respondam aos sujeitos interpelados justamente no ponto em que agem praticamente por referência à constituição histórica de sentido (RÜSEN, 2007b, p. 33-34 e 36).

Semelhantermente às tipologias de interpretação das diferentes formas de apresentação da historiografia para se escrever a história efetuadas por, Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1830), Friedrich Nietzsche (1844-1900) e Hayden White (1995), Jörn Rüsen procurou estabelecer quatro princípios de diferenciação das formas de apresentação da historiografia: 1) a constituição tradicional de sentido; 2) a constituição exemplar de sentido; 3) a constituição crítica de sentido; e 4) a constituição genética de sentido. Hegel, em seu curso de *Filosofia da História* (1999), abordaria a *história original*, a *história refletida* e a *história filosófica*, Nietzsche, em seu manuscrito sobre a *II Consideração intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida* (2005), apresentaria a escrita da história como uma mistura de gêneros (JOANILHO, 2008), em especial, o da *história tradicional*, o da *história monumental* e o da *história crítica*, para superar, em sua opinião, a decadência que pairava sobre a história científica então praticada. Hayden White (1995), em seu livro *Meta-história*, elaborou uma tipologia com qual visava descortinar as diferentes “urdiduras de enredo” utilizadas tanto por filósofos (da história) quanto por historiadores para constituírem suas narrativas, apoiando-se basicamente em Northrop Frye em seu livro *Anatomia do criticismo* para identificar quatro modos de elaboração de enredo – o *romântico*, o *trágico*, a *comédia* e a *sátira* –, em Karl Mannheim no seu texto *Ideologia e Utopia*, em que indicava quatro posições ideológicas básicas – *anarquismo*, *conservadorismo*, *radicalismo* e *liberalismo* –, e em vários outros autores, para identificar quatro modos de argumentação – *formista*, *mecanicista*, *organicista* e *contextualista* –, aos quais acrescentaria quatro tropos básicos para a análise da linguagem poética ou figurada: a *metáfora*, a *metonímia*, a *sinédoque* e a *ironia*.

De acordo com Rüsen, a “tipologia esboçada [...] pode servir para entender a historiografia a partir dos pontos de vista regulativos, que dizem respeito especificamente ao histórico no processo de formatação linguística”, e evidentemente, há uma interação entre cada um dos quatro princípios de identificação das formas de apresentação da historiografia referidos no parágrafo anterior. Para ele:

A regulação de uma reflexão desse tipo, sobre os princípios organizacionais e formadores do saber histórico, determinantes da historiografia, não está em contradição com a “liberdade artística” do historiador. Decisivo é que essa liberdade encontre seu limite nas pretensões de verdade específicas da ciência. Isso quer dizer mais do que a mera regra anti-retórica, que o historiador não deve afirmar quaisquer fatos que estejam em

contradição com as informações das fontes. O que se afirma é que a historiografia não pode produzir a aparência de um contexto narrativo de sentido que esteja em contradição com as regras metódicas da interpretação histórica. Por mais tentador que possa ser preencher os déficits de sentido deixados em aberto pela fundamentação da pesquisa histórica, a título de compensação, com os meios estético-retóricos da historiografia, a função orientadora do saber histórico, para cuja efetivação se faz pesquisa, nada ganha com isso. No final das contas, os destinatários seriam enganados, pela aparência de uma harmonia estética do mundo histórico, quanto à realidade em que desejam orientar-se por meio da memória histórica (RÜSEN, 2007b, p. 66).

A sutil crítica do autor ao desafio cético lançado pela virada linguística, e em muitos pontos encabeçada pela obra de Hayden White, pode, à primeira vista, parecer um retorno conservador aos princípios do método histórico primeiramente esboçados pela historiografia oitocentista, que se preocupou em elaborar a escrita e a pesquisa histórica em “moldes científicos”; em outros aspectos é um avanço significativo em relação aos fundamentos estabelecidos no século XIX, aos quais o autor em nenhum momento deixou de ser crítico ao demonstrar também as suas fissuras e fragilidades – de composição e de formas de apresentação (WIKLUND, 2008). Não foi sem razão, portanto, que este se preocupasse notoriamente com a precisão da apresentação e composição do método, ressaltando que as pesquisas históricas devem se pautar sempre em procedimentos que permitam conduzir “cientificamente” a demonstração analítica dos dados encontrados nas fontes documentais. Por isso, para ele, é tão importante a apresentação didática dos princípios de composição da historiografia, sendo que “a relação do saber histórico aos seus destinatários consiste sempre numa relação a processos de aprendizado no meio social da ciência da história”, em que a formação do aprendizado histórico corresponderia ao aumento da *experiência* “no quadro de orientação da vida prática”, ao aumento da *competência interpretativa* e ao aumento da *capacidade de orientação*, cada um dos quais, evidentemente, intimamente interligados no processo complexo e contínuo de formação dos profissionais na ciência da História. Isso quer dizer que a formação histórica, nesse sentido, “aumenta as chances de racionalidade da cultura histórica pela abertura à experiência, pela sensibilidade estética, pela reflexão política e pelas fundamentações discursivas”. Para o autor,

É nessa transposição das expectativas e intenções quanto ao futuro para a experiência do passado que consiste, afinal, a função orientadora da história. Para tanto são necessários, todavia, modelos de interpretação da experiência do tempo, que o pensamento histórico não tem como extrair somente das expectativas e intenções do tempo presente, ao qual reage. Isso mostra mais do que suficientemente sua função de crítica da utopia. Tais modelos de interpretação têm de ser construídos no seio dos complicados processos de constituição histórica de sentido. É nesses processos que atua [a] argumentação racional, forma constitutiva, por sua vez, da história como ciência. [...] [Mas] a história necessita, por sua parte, [d]a utopia, a fim de poder produzir seu equivalente à utopia, sua alteração da experiência do tempo, e cumprir eficientemente sua função de orientação existencial. [...] [Portanto, uma] narrativa historiográfica, que torna presente a experiência do tempo de um *kairos*, reúne, pois, a alteridade histórica e a utopia que transcende a história. Ela as amalha na unidade de um momento histórico dotado de duas propriedades: de um lado, pode ser rememorado como experiência real do tempo, lastreado pelas condições do agir que a história evidencia na crítica da utopia. De outro lado, ele vai além desse horizonte experiencial da memória histórica, pois nele se realizam, sob as condições particulares do agir, intenções que as ultrapassam (RÜSEN, 2007b, p. 144; 146; 150).

A demonstração, quanto a esse aspecto, de como proceder à elaboração de uma teoria sistemática da ciência da história ao longo dos três volumes dessa importante obra do autor constitui, talvez, a maior contribuição do texto, que, escrito nos anos de 1980, ainda mantém uma enorme atualidade no que diz respeito aos debates, às interpretações e funções da pesquisa histórica, e às tensões do ofício de historiador na constituição da história em “moldes científicos”. É importante ainda salientar que a obra demonstra criticamente a herança deixada pela “virada linguística” à teoria literária e à escrita da história, produzindo importantes revisões sobre a compreensão da teoria e da metodologia da História. Por outro lado, destaca ainda que, embora as fronteiras entre a História e a Literatura tenham se tornado, desde então, mais tênues, não é por isso que ambas as áreas ganham ao manterem um total “relativismo” quanto às suas formas de apresentação narrativa, o que daria “a falsa impressão” de elas figurarem (na complexa trama entre ‘fato’ e ‘ficção’) como idênticas em suas formas de apresentação do

“vivido” outrora. Pelo contrário, nesse caso seria importante destacar as proximidades, contanto que não se deixe de visualizar as especificidades de cada uma e as funções que cada uma impõe como suas metas básicas de demarcação de pertinência tanto para a sociedade quanto para a manutenção de sua própria existência enquanto área autônoma do conhecimento humano. Evidentemente, a demonstração de Jörn Rüsen em relação a cada uma dessas questões é, em certos momentos, demasiadamente esquemática, o que não implica em dizer que ele seja “ineficaz” ou “inconsistente” ao apresentá-las, mas sim, que elas são mais difíceis de serem adequadamente compreendidas (WIKLUND, 2008).

Nesse sentido, diferentemente de Hayden White, que almejou, entre as décadas de 1960 e 70 (e mesmo em pesquisas mais recentes), demonstrar que a História é um “artefato verbal” (discursivo) em prosa, sendo um tipo específico de literatura (MUNSLOW, 2009), Jörn Rüsen objetivou, nas décadas de 1980 e 1990, estabelecer que a História, quando “cientificamente” conduzida por meio de procedimentos empíricos e teóricos adequados, torna-se um tipo específico de “ciência”. E a teoria da História teria uma função primordial, pois, “no estudo de história, a teoria desempenha um papel importante na *profissionalização didática* dos historiadores. Esse papel consistiria em transmitir aos historiadores em formação uma concepção sólida da especificidade profissional de sua ciência” (RÜSEN, 2001, p. 38). Destarte a instigante interpretação feita por Jörn Rüsen revelava, antes que uma crise da História e das Ciências Sociais, um período de definição do que eram a “ciência” e a “arte” no âmbito específico daquelas áreas do saber.

A RESPOSTA DE JOSEP FONTANA: O PROJETO POLÍTICO A SERVIÇO DO INTELECTUAL

O historiador espanhol Josep Fontana⁹, no decorrer de sua trajetória acadêmica, também se viu sempre instado por esses dilemas, aos quais procurou enfrentar demonstrando a importância do trabalho dos historiadores quando escrevem suas histórias. Ao mesmo tempo em que justificava seu embasamento teórico e metodológico no marxismo, referia-se constantemente à importância das escolhas políticas dos indivíduos. Nesse sentido, o seu livro “*A Europa diante do espelho*” (2005)

⁹ Para um maior detalhamento dessa questão na historiografia espanhola, ver: Aróstegui Sánchez (2006); Cohen; Congost; Luna (2007).

dá continuidade às reflexões iniciadas em seus livros "*História: análise do passado e projeto social*", "*Introdução ao estudo da história geral*" "*História depois do fim da história*" e "*A história dos homens*". Já em "*A História dos homens*" (2004), que foi a reformulação e total ampliação de "*História: análise do passado e projeto social*" (1998), em função das demandas e características de um "novo" contexto, ele indicava a importância de se pensar a história de todos os homens e mulheres do planeta. Além disso, discordava veementemente dos argumentos "céticos" e "narrativistas", pois:

Os argumentos de White, como o de todos os que pretendem desqualificar a história, reduzindo-a a narração, são irrelevantes. É evidente que a complexidade da tarefa do historiador, enfrentando a diversidade inalcançável do mundo real, obriga-o a fazer seleções – ninguém pode fazer a história 'completa', no sentido que exige White, do que aconteceu numa só cidade num só dia do passado – e isso condiciona a perspectiva. Mas estas limitações são um reflexo das vidas pelo homem comum na vida cotidiana. Também ele escolhe os aspectos da realidade que o envolve, considerados de acordo com as necessidades da vida. Também a memória do passado é seletiva e influenciada por preferências diversas, incluindo as políticas, que filtram a percepção do que acontece ao redor. Ao receber as notícias dos acontecimentos imediatos que podem ser importantes para ele, o mais provável é que escolha a fonte de informação de acordo com suas preferências e é certo que nela selecionará notícias determinadas. [...] A vida real é assim, não somente a história. Este é o contraste que se estabelece entre o trabalho do historiador e o do teórico de disciplinas culturais que funcionam fabricando pequenos universos delimitados que podem ser manejados com ferramentas elementares. Com isto, o teórico pode alcançar êxito na carreira acadêmica, mas suas ferramentas não servem para nada quando tiver de sair do recinto universitário e enfrentar a realidade exterior, que é matizada e confusa como o panorama do passado em que o historiador se move, guiando-se pelo sentido da utilidade social do trabalho, que é um critério essencial para suas escolhas (FONTANA, 2004, p. 402).

Em *A Europa diante do espelho* (2005) voltou-se mais à reflexão sobre o processo histórico do que à forma como é escrita a história. Ao passar em revista a forma como a história europeia havia sido escrita – segundo ele, na maioria das vezes sob um viés tradicional, no qual o uso

de metáforas serviu de base para melhor definir as diferentes maneiras como a história havia sido tratada, a saber: o espelho 'bárbaro', o 'cristão', o 'feudal', o do 'diabo', o 'rústico', o 'cortês', o 'selvagem', o do 'progresso' e o do 'povo'. O autor se vale de uma argumentação sofisticada para ressaltar a forma como, em diferentes momentos, ocorreu, mesmo que em muitos deles de modo sutil e indireto, a imposição de uma "escrita da história" que dava ênfase à ação de certas camadas, ao mesmo tempo em que as 'injustiças', da 'dominação' e das 'explorações' que cometeu diante das massas 'anônimas' eram isentadas, e das quais só agora a história tem sido escrita. Cada um desses espelhos demonstra como, em diferentes momentos, sob variadas alegorias, foi sendo construída a 'identidade europeia'. Nesse sentido, o último capítulo, intitulado *Fora da galeria dos espelhos*, faz uma avaliação das consequências produzidas, na história e na sua escrita, com o uso daquelas estratégias. Para ele:

Não basta condenar estes fatos pelo que eles têm de injustiça, reclamando igualdade de tratamento para os excluídos. Essa será uma tarefa inútil, se ao mesmo tempo não se desmontar a trama das ideias que justifica a exclusão. Uma trama da qual é peça essencial essa visão da história que legitima a superioridade dos europeus em nome de seu papel como artífices de um progresso universal, e que pretende converter-nos a todos em cúmplices 'natos' de todos os seus abusos, sobre a base de nos ocultar que este suposto progresso se fez às custas, também, da maior parte dos próprios europeus. Porque não se trata somente de que esta visão 'eurocêntrica' prive os povos não europeus de sua história (o que é verdade). Seu objetivo mais importante é seguramente arrebatá-la de grandes camadas da própria população europeia, ocultando destas que existem outros passados além daqueles que se canonizou na 'história oficial', e que neles podemos encontrar um caudal de esperanças e possibilidades não realizadas, e que muito do que se apresentou como progresso não é mais do que disfarces para formas diversas de apropriação econômica e controle social. Ao retirar das classes populares sua história e sua consciência, reduzimo-las ao papel de selvagens internos (FONTANA, 2005, p. 144-145).

A posição dos historiadores no enfrentamento dessas questões é um ponto crucial para se "sair da galeria de espelhos deformantes em que

nossa cultura está presa”, porque com isso “poderemos começar a estudar as sociedades humanas [...] e empreender a tarefa de demonstrar essa visão linear do curso da história que interpreta mecanicamente cada mudança como uma melhora, cada nova etapa como um progresso”. Caso contrário,

Os historiadores ler[ão] estas e outras advertências semelhantes [...] sem querer perceber os problemas de fundo que delineavam. E quando o presente veio confirmá-las e jogou por terra seus artifícios interpretativos, abandonaram o enfrentamento com a realidade e se dedicaram a fazer discursos sobre o discurso, porque é mais cômodo ocupar-se das palavras do que dos homens (FONTANA, 2005, p. 152).

Esse livro, portanto, tal como seus textos anteriores e posteriores, é um convite à reflexão e ao engajamento dos historiadores nas questões de seu tempo. Pode-se, evidentemente, argumentar que em certas ocasiões o autor é tão severo em suas críticas que nem os historiadores de ofício (extremamente engajados com as discussões dos problemas de sua época) conseguem escapar. Pode-se ainda indicar que por ser um historiador marxista muito “fiel” aos seus ideais, em alguns momentos se atribui mais o papel de “juiz” do processo do que de intérprete – que seria mais adequado ao historiador. No entanto, é necessário reconhecer que hoje há poucos historiadores em nosso meio que têm a coragem e a determinação de Josep Fontana de enfrentar diretamente esses dilemas. Em todas as suas obras há sempre a preocupação com a totalidade do processo histórico, com a história de todos e com o enfrentamento e a demonstração das desigualdades e dos dogmatismos teóricos e metodológicos. Com esse livro o autor evidencia que o uso adequado de metáforas, articulado com uma interpretação bem fundamentada do processo e das fontes, permite que o historiador construa uma bela narrativa sem que com isso deixe de lado a “realidade extratextual” que lhe deu origem e ainda demonstre aos “céticos” pós-modernos que nem tudo é só “discurso”¹⁰.

¹⁰ Além dos autores arrolados e discutidos, muitos outros na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, e mesmo em outros países, têm se preocupado com tais questões, a exemplo de: Chartier (2002); Darnton (2005); Hobsbawm (1998); Gay (1990); Reis (2003); Albuquerque Júnior (2007).

DISCURSO HISTÓRICO E TEXTO LITERÁRIO: UMA SÍNTESE POSSÍVEL?

Embora a “virada linguística” seja veementemente crítica quanto à função do historiador e aos critérios de sua escrita da história, os avanços que ela trouxe para o campo dos estudos históricos são inegáveis. Conquanto tal avanço se dê por meio de uma “querela” entre historiadores profissionais e teóricos literários, vimos que em muitos pontos ainda persiste a negação recíproca de um e outro quanto às suas respectivas contribuições para o estudo e o entendimento das sociedades do passado e das sociedades do presente.

Ao empreender sua resposta ao desafio “cético”, dito “pós-moderno”, Carlo Ginzburg alerta para a necessidade de maior precisão do método e das pesquisas documentais, os quais favoreceriam a elaboração das “provas” quando expostas em uma narrativa. Talvez seja o que ele indica ao dizer que “sabendo menos, estreitando o escopo de nossa investigação, nós esperamos compreender mais” (2007b, p. 86). Contudo, seu método não passou ileso, mesmo entre os historiadores profissionais (ANDERSON, 1996), o que não quer dizer que sua contribuição tenha sido irrelevante (LIMA, 2006; 2007), quer para a renovação dos estudos históricos quer para o desafio lançado pela “virada linguística” nos anos de 1960 e 1970. Do mesmo modo, Jörn Rüsen tentou mostrar que a teoria da história deveria ser revista pelos historiadores, até para melhor direcionar o caminho da pesquisa e da escrita da história. Ao enfatizar os critérios de elaboração da pesquisa histórica para que esta seja “cientificamente” conduzida e articulada com sua “matriz disciplinar”, talvez o autor tenha estreitado o campo das possibilidades de pesquisa e escrita da história, justamente por limitá-la demasiadamente ao campo científico, na medida em que respondia ao desafio da “virada linguística”, principalmente a expressa pela obra de Hayden White, na qual a história havia sido agrupada ao campo “artístico”, e não ao “científico”. O que Josep Fontana fez ao criticar as teorias céticas e narrativistas por desvalorizarem o compromisso social do historiador ao fazer e escrever a (sua) história não foi diferente do que fizeram os autores arrolados acima; no entanto, provavelmente em função da maneira como o autor demonstra suas estreitas ligações com o marxismo, ele se torna ainda mais radical, ao ponto de até menosprezar os avanços trazidos pela “virada linguística” ao campo dos estudos históricos.

Assim, como vimos, a resposta dos historiadores de ofício aos desafios postos à pesquisa e à escrita da história, especialmente pela

“virada linguística” dos anos de 1960, contribuiu diretamente para a renovação e a expansão dos campos da pesquisa histórica nestes últimos decênios.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Investigação noturna: Carlo Ginzburg. In: ANDERSON, P. *Zona de compromisso*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Edunesp, 1996. p. 67-98.
- _____. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- ALBUQUERQUE Jr., D. M. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.
- ANKERSMIT, F. R. Historiografia e pós-modernismo. *Topoi*. Rio de Janeiro, n. 2, p. 113-136, 2001.
- ARAUJO, V. L. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus*. Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 79-94, 2006.
- ARÓSTEGUI SÁNCHEZ, J. *A pesquisa histórica*. Teoria e método. Trad. Andréa Dore. Bauru: Edusc, 2006.
- BARTHES, R. *Michelet*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BLOCH, M. *Apologia da História ou ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BURKE, P. Enredos da história. In: NASCIMENTO, Milton Moreira do (org.) *Jornal de resenhas*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001. p. 111-112.
- _____. *História e teoria social*. São Paulo: Edunesp, 2002.
- _____. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- _____. (org.). *A escrita da história*. Novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1992.

CERTEAU, M. *A escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2002.

CHARTIER, R. *À beira da falsia*. A história entre certezas e inquietudes. Trad. de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

COHEN, A.; CONGOST, R.; LUNA, P. F. (org.) *Pierre Vilar*. Uma história total, uma história em construção. Bauru: Edusc, 2007.

COSTA, E. V. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 14, n. 27, p. 9-26, 1994.

DARNTON, R. *Os dentes falsos de George Washington*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DOSSE, F. *História do Estruturalismo*. O campo do signo (v. 1); O canto do cisne (v. 2). Tradução de Álvaro Cabral. Bauru: Edusc, 2007.

_____. *A História em Migalhas*. Dos Annales à Nova História. Bauru: Edusc, 2003.

EAGLETON, T. *Teoria da literatura*. Uma introdução. Trad. Waltensir Dutra. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Depois da teoria*. Um olhar sobre os Estudos Culturais e o modernismo. Trad. Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FEBVRE, L. *Combates pela História*. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FERRY, L.; RENAUT, A. *Pensamento 68*: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo. Trad. Roberto Markenson e Nelci do Nascimento Gonçalves. São Paulo: Ensaio, 1988.

FINLEY, M. *Usos e abusos da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FONTANA, J. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998.

_____. *A história dos homens*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. *A Europa diante do espelho*. Bauru: Edusc, 2005.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 8a. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1997.

GADDIS, J. L. *Paisagens da História*. Como os historiadores mapeiam o passado. Trad. Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GAY, P. *O estilo na História*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

GARDINER, P. *Teorias da História*. Trad. Vítor Matos e Sá. 5ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GERTZ, R. E. (org.) *Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas*. Passo Fundo: UPF Editora, 2007.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais*. Morfologia e história. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *História Noturna: decifrando o Sabá*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *A micro história e outros ensaios*. Trad. Antônio Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

_____. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Trad. Maria B. Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Olhos de madeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Relações de Força*. História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Nenhuma ilha é uma ilha*. Quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *O fio e os rastros*. Verdadeiro, falso, fictício. Trad. Eduardo Brandão e Rose Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.

_____. Latitudes, escravos e a Bíblia: um experimento em micro-história. *Revista Artcultura*. Uberlândia, v. 9, n. 15, p. 85-98, 2007b.

GUIMARÃES, M. L. S. (org.) *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2006.

HARTOG, F. *Régimes d'historicité*. Présentisme et expériences du temps. Paris: Le Seuil, 2003a.

_____. *Os antigos, o passado e o presente*. Trad. José Otávio Guimarães. Brasília: Ed. UNB, 2003b.

HEGEL, G. W. F. *Filosofia da História*. Brasília: Ed. UnB, 1999.

HOBSBAWM, E. J. *Sobre História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. *Crítica e crise: contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto/Eduerj, 1999.

KRAMER, L. S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 131-173.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Vianna Boeira. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

JENKINS, K. *A história repensada*. Trad. Mário Vilela. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *On 'What is History'?* From Carr and Elton to Rorty and White. Estados Unidos: Routledge, 1995.

JOANILHO, A. L.; JOANILHO, M. P. G. A genealogia e a história são cinza. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 95-108, 2008.

LA CAPRA, D. *History and criticism*. 3ª ed. London: Cornell University Press, 1992.

LE GOFF, J. *Memória e História*. Trad. Bernardo Leitão. 4ªed. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

LIMA, L. C. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIMA, H. E. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Narrar, pensar o detalhe: notas à margem de um projeto de Carlo Ginzburg. *Revista Artcultura*, Uberlândia, v. 9, n. 15, p. 99-112, 2007.

LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses 'Sobre o conceito de História'*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MALERBA, J.; ROJAS, C. A. A. (org.) *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru: Edusc, 2007.

MALERBA, J. (org.) *A história escrita*. Teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006a.

MALERBA, J. A História e os discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico. *Locus*. Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 41-78, 2006b.

MANOEL, I. A. *O pêndulo da História*. Tempo e eternidade no pensamento Católico (1800-1960). Maringá: Eduem, 2004.

MARTINS, E. C. R. Historiografia alemã no século 20: encontros e desencontros. In: MALERBA, J.; AGUIRRE ROJAS, C. A. *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru: Edusc, 2007. p. 45-68.

MEDEIROS, P. A. *Pós-Modernidade e Historiografia*: um Estudo Sobre Hayden White. Belo Horizonte, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais.

MOMIGLIANO, A. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.

MUNSLOW, A. *Desconstruindo a História*. Trad. Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

NIETZSCHE, F. *Escritos sobre História*. Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Loyola/Editora PUC Rio, 2005.

PINSKY, C. B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

REIS, J. C. *História e Teoria*. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROIZ, D. S. O labirinto da realidade, os princípios da História e as regras da historiografia. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 335-344, 2009.

_____. Ofício de historiador: entre a 'ciência histórica' e a 'arte narrativa'. *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 4, p. 255-278, 2010.

RÜSEN, J. *Razão histórica*. Teoria da História I: os fundamentos da ciência da história. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001.

_____. *Reconstrução do passado*. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Trad. Asta-Rose Alcaide. Brasília: Ed. UnB, 2007a.

_____. *História viva*. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2007b.

WHITE, H. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. *Meta-História. A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.

WIKLUND, M. Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen. *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 1, p. 19-44, 2008.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

VAINFAS, R. *Os protagonistas anônimos da História*. Micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VEYNE, P. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora UnB, 1998.

